



**UFOP**

Universidade Federal  
de Ouro Preto



**Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP**

**Centro Desportivo – CEDUFOP**

**Bacharelado em Educação Física**

**TCC em formato de artigo**

**Análise estatística do resultado do ICMS Esportivo de Minas Gerais ano base 2014 e sua  
correlação com os Jogos Escolares e os Jogos de Minas de 2016**

**Ana Daniela Damacena**

**Ouro Preto**

**2017**

**Ana Daniela Damacena**

**Análise estatística do resultado do ICMS Esportivo de Minas Gerais ano base 2014 e sua correlação com os Jogos Escolares e os Jogos de Minas de 2016**

Trabalho de Conclusão de Curso em formato de artigo formatado para a Revista Movimento apresentado à disciplina Seminário de TCC (EFD-381) do curso de Educação Física em Bacharelado da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial para aprovação na mesma.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Zacaron Werneck

**Ouro Preto**

**2017**

D154a Damacena, Ana Daniela .  
Análise estatística do resultado do ICMS Esportivo de Minas Gerais ano base 2014 e sua correlação com os Jogos Escolares e os Jogos de Minas de 2016 [manuscrito] / Ana Daniela Damacena. - 2017.

29f.: il.: grafs; tabs.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Zacaron Werneck.

Monografia (Graduação). Universidade Federal de Ouro Preto. Centro Desportivo da UFOP. Departamento de Educação Física.

1. Políticas públicas. 2. Esporte- Políticas públicas. 3. ICMS - Esporte. 4. Jogos Escolares. 5. Jogos - Minas Gerais. I. Werneck, Francisco Zacaron. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU: 796:35

Catálogo: [ficha@sisbin.ufop.br](mailto:ficha@sisbin.ufop.br)



Universidade Federal de Ouro Preto  
Centro Desportivo  
Bacharelado em Educação Física



“Análise estatística do resultado do ICMS Esportivo de Minas Gerais ano base 2014 e sua correlação com os Jogos Escolares e os Jogos de Minas de 2016”

**Autor: Ana Daniela Damacena**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na disciplina EFD381- Seminário de Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do grau de Bacharela em Educação Física pela Universidade Federal de Ouro Preto, defendido pelo autor e aprovado em 16 de março de 2017, pela banca examinadora composta pelos professores:

---

Prof. Dr. Francisco Zacaron Werneck  
Orientador  
CEDUFOP

---

Prof. Dr. Renato Melo Ferreira  
Membro da banca  
CEDUFOP

---

Prof. Dr. Emerson Filipino Coelho  
Membro da banca  
CEDUFOP

Dedico este trabalho à minha família que acreditam e me apoiam em todos os meus planos.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus por toda a força adquirida nos momentos mais difíceis, pois é nele que eu busco renovar as esperanças para eu continuar todas as minhas empreitadas.

A todos os meus familiares que acreditaram que eu poderia concluir os meus estudos, e me ajudaram em tudo aquilo que eu necessitei me dando o suporte para que pudesse focar em meus estudos. Professor e orientador Francisco Zacaron Werneck, que sem muitas perguntas abraçou as minhas ideias mais malucas, e me levou a construção de um conhecimento para além do que eu poderia imaginar.

Agradeço à minha amiga Calefa Siqueira por me indicar vários caminhos para encontrar o que de fato eu procurava, e minha amiga Jucielma Félix de Queiroz por ler os meus piores textos mesmo sem saber do que se tratava e buscar compreender todo nervosismo.

## RESUMO

Objetivo do estudo foi analisar estatisticamente os principais dados ICMS esportivo ano base 2014 correlacionando com a participação dos municípios em duas competições do Estado os Jogos de Minas e Jogos Escolares de 2016. A pesquisa é documental de Natureza quantitativa com amostra de 359 municípios participantes, os dados foram extraídos do Relatório definitivo de pontuação. A participação dos municípios nas competições foi analisada através dos boletins oficiais. Da amostra, 91% participaram dos Jogos Escolares e 13% dos Jogos de Minas-2016; Constatou-se que a participação nos Jogos Escolares aumenta a chance de participação nos Jogos de Minas e que essa relação entre essas competições deve ser valorizada, os melhores resultados na avaliação do pleito são observados nos municípios que participam dessas competições. A pesquisa conclui que o ICMS Esportivo contribui para organização dos municípios com os programas/projetos, porém precisa ser aprimorado para incentivar a continuidade das ações.

**Palavras-chave:** Política pública do Esporte, ICMS Esportivo, Jogos Escolares, Jogos de Minas

## ABSTRACT

Statistical analysis of the sports ICMS result of Minas Gerais in the base year 2014 and its correlation with the “Jogos Escolares” and the “Jogos de Minas” of 2016 Abstract: The aim of the study was to analyze statistically the main data of Minas Gerais municipalities registered in the sports ICMS base year 2014 correlating with the participation in two State competitions. A quantitative nature documentary survey was conducted with a sample of 359 participating municipalities, data were extracted from the final score report. The participation of the municipalities in the competitions was analyzed through the official bulletins of the competitions of the year 2016. The results showed a low percentage of participation in the “Jogos de Minas” (13%) and high percentage in the “Jogos Escolares” (91%). It was found that participation in “Jogos Escolares” increases the chance of participation in the “Jogos de Minas” and that this relation between these competitions should be valued, the best results in the evaluation of the lawsuit are observed in the cities that participate in the competitions. The research concludes that the Sports ICMS contributes to the organization of municipalities with the programs / projects, but needs to be improved to encourage the continuity of actions.

**Keywords:** Sports public policy, Sports ICMS, Jogos Escolares, Jogos de Minas

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1.</b> Características dos Municípios Participantes do ICMS Esportivo Ano Base 2014 participantes e não participantes dos Jogos de Minas e Jogos Escolares .....	20
<b>Tabela 2.</b> Média $\pm$ desvio-padrão Participação nos Jogos de Minas .....	21
<b>Tabela 3.</b> Média $\pm$ desvio-padrão Participação Jogos Escolares .....	21
<b>Tabela 4.</b> Relação entre a participação nos Jogos Escolares e Jogos de Minas.....	22

## LISTA DE FIGURAS

**Figura 1.** Frequência das categorias de atividades esportivas oferecidas pelos municípios...22

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	11
1.1 Políticas públicas para o esporte.....	12
1.2 Legislação .....	14
1.3 O ICMS Esportivo .....	14
1.4 O cálculo do ICMS Esportivo .....	15
1.5 Situação Problema .....	15
<b>2. METODOLOGIA</b> .....	16
2.1 Cenário do Estudo.....	16
2.2 Procedimentos .....	17
2.3 Análise Estatística .....	19
<b>3. RESULTADOS</b> .....	19
<b>4. DISCUSSÃO</b> .....	23
<b>5. CONCLUSÃO</b> .....	27
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	27

**ANÁLISE ESTATÍSTICA DO RESULTADO DO ICMS ESPORTIVO DE MINAS GERAIS ANO BASE 2014 E SUA CORRELAÇÃO COM OS JOGOS ESCOLARES E OS JOGOS DE MINAS DE 2016**

**STATISTICAL ANALYSIS OF THE SPORTS ICMS RESULT OF MINAS GERAIS IN THE BASE YEAR 2014 AND ITS CORRELATION WITH THE "JOGOS ESCOLARES" AND THE "JOGOS DE MINAS" OF 2016**

**ANÁLISIS ESTADÍSTICA DE LOS RESULTADOS DEL ICMS DEPORTIVO DEL ESTADO DE MINAS GERAIS AÑO BASE 2014 Y SU CORRELACIÓN CON LOS JUEGOS ESCOLARES Y LOS JUEGOS DEL ESTADO DE 2016**

**Resumo:** Objetivo do estudo foi analisar estatisticamente os principais dados ICMS esportivo ano base 2014 correlacionando com a participação dos municípios em duas competições do Estado os Jogos de Minas e Jogos Escolares de 2016. A pesquisa é documental de Natureza quantitativa com amostra de 359 municípios participantes, os dados foram extraídos do Relatório definitivo de pontuação. A participação dos municípios nas competições foi analisada através dos boletins oficiais. Da amostra, 91% participaram dos Jogos Escolares e 13% dos Jogos de Minas-2016; Constatou-se que a participação nos Jogos Escolares aumenta a chance de participação nos Jogos de Minas e que essa relação entre essas competições deve ser valorizada, os melhores resultados na avaliação do pleito são observados nos municípios que participam dessas competições. A pesquisa conclui que o ICMS Esportivo contribui para organização dos municípios com os programas/projetos, porém precisa ser aprimorado para incentivar a continuidade das ações.

**Palavras-chave:** Política pública do Esporte, ICMS Esportivo, Jogos Escolares, Jogos de Minas

**Abstract:** Statistical analysis of the sports ICMS result of Minas Gerais in the base year 2014 and its correlation with the “Jogos Escolares” and the “Jogos de Minas” of 2016 Abstract: The aim of the study was to analyze statistically the main data of Minas Gerais municipalities registered in the sports ICMS base year 2014 correlating with the participation in two State competitions. A quantitative nature documentary survey was conducted with a sample of 359 participating municipalities, data were extracted from the final score report. The participation of the municipalities in the competitions was analyzed through the official bulletins of the competitions of the year 2016. The results showed a low percentage of participation in the “Jogos de Minas” (13%) and high percentage in the “Jogos Escolares” (91%). It was found that participation in “Jogos Escolares” increases the chance of participation in the “Jogos de Minas” and that this relation between these competitions should be valued, the best results in the evaluation of the lawsuit are observed in the cities that participate in the competitions. The research concludes that the Sports ICMS contributes to the organization of municipalities with the programs / projects, but needs to be improved to encourage the continuity of actions..

**Keywords:** Sports public policy, Sports ICMS, Jogos Escolares, Jogos de Minas

**Resumen:** Objetivo del estudio fue analizar estadísticamente los datos principales en los municipios mineros registrados en el ICMS deportivo año base 2014 correlacionado con la

participación en dos competiciones del Estado, los Juegos de Minas y los Juegos Escolares. Ha sido realizada una investigación documental de carácter cuantitativo con una muestra de 359 municipios participantes, los datos se extrajeron del informe definitivo de puntuación. La participación de los municipios en las competiciones se analizó mediante los boletines oficiales de las competiciones del año 2016. Los resultados mostraron un bajo porcentaje de participación en los Juegos de Minas (13%) y alto porcentaje en los Juegos Escolares (91%). Se encontró que la participación en juegos escolares aumenta la probabilidad de participación en los Juegos de Minas y que la relación entre estas competiciones debe ser valorada. La investigación concluye que el ICMS Deportivo contribuye a la organización de los municipios con programas / proyectos, pero tiene que ser mejorado para fomentar la continuidad de las acciones.

**Palabras clave:** Política Pública de Deporte, ICMS Deportivo, Jogos Escolares, Jogos de Minas

## 1. INTRODUÇÃO

Como objeto de pesquisa escolheu-se a política pública de incentivo ao esporte do Estado de Minas Gerais, denominada ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) Esportivo, que possibilita aos municípios participantes obter recursos conforme o seu desempenho com projetos desenvolvidos. A compreensão sobre política pública de incentivo ao esporte perpassa pela importância do conhecimento sobre o conceito de política pública, que é umas das ações realizadas pelo Estado visando melhorar aspectos importantes para o bem estar da sociedade (DERANI, 2004). Para o autor, analisando o histórico da política na sociedade entende-se que, política pública é um fenômeno que vem de uma das fases de desenvolvimento da sociedade. E trata-se do resultado das relações complexas existentes no Estado que exercem funções importantes para organizar a sociedade.

De outro ponto de vista mais procedimental, Menicucci (2006) conceitua a política pública como ações que visam alcançar certos resultados sobre problemas identificados na sociedade, sendo tratada como uma estratégia de intervenção do Estado e forma de harmonização da sua administração. De acordo com este autor, para enriquecer o conceito de política pública busca-se no seu processo de construção o conceito mais concreto e atual que temos que são as decisões políticas tomadas pelos governantes e técnicos responsáveis.

É entendido que a política pública tomou a sua forma atual no Brasil quando se instalou o regime democrático, no qual a população passou a possuir o poder de escolha dos seus governantes. No seu formato atual, para Derani (2004), a construção política se dá dentro do Estado em três momentos: primeiro ocorre a decisão estatal que é tomada por agentes públicos competentes do Estado com maior ou menor participação social; a segunda é a

alteração institucional da administração, mudança estrutural ou organizacional, momento em que ocorre mudanças para que se inicie a execução de uma política; e o terceiro momento é caracterizado pelas ações públicas propriamente ditas, quando se constrói as estruturas necessárias ou se executam os projetos.

## 1.1 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ESPORTE

Partindo do princípio de criação de políticas públicas sociais, procurando atender os direitos dos cidadãos, em relação ao esporte, a Constituição Brasileira de 1988 estabelece:

“Art. 217. É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um, observados:

I - a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento;

II - a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento;

III - o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não profissional;

IV - a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional.

§ 1º O Poder Judiciário só admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas após esgotarem-se as instâncias da justiça desportiva, regulada em lei.

§ 2º A justiça desportiva terá o prazo máximo de sessenta dias, contados da instauração do processo, para proferir decisão final.

§ 3º O poder público incentivará o lazer, como forma de promoção social.” (BRASIL, 1988, p. 140)

Para Ramos (2010), esse direito adquirido pelos brasileiros tem um significado importante para garantir a inclusão de todos à prática esportiva e ao lazer, contribuindo para a reversão do quadro de injustiça, exclusão e risco social. Para que o Estado faça as intervenções em prol do esporte, existem interesses embutidos junto às políticas públicas que auxiliam na implementação e/ou continuação das ações. No estudo realizado por Oliveira e Leiro (2016), por exemplo, sobre políticas públicas de esporte no Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), ficou evidente que são muitos os interesses que fazem com que o Estado realize ações no esporte. De acordo com os autores, o que vai determinar o desenvolvimento do esporte nas políticas do Estado é a posição que ele ocupa dentro da gestão. E normalmente a posição mais conhecida é a de incentivar o esporte de rendimento, com a finalidade de manter hegemonias perante outras nações nos eventos internacionais.

Estudo realizado por Starepravo, Souza e Junior (2011) mostrou que a repercussão na mídia, a exaltação simbólica e a propaganda do esporte de alto-rendimento parece entusiasmar os governos em suas opções por políticas públicas voltadas a essa manifestação do esporte. Isso significa que existe uma relação entre as políticas públicas e o esporte de rendimento, e quando um determinado esporte é exaltado nos meios de comunicação isto de certa forma influencia as escolhas do Estado para implementação das políticas públicas.

Dentre as políticas públicas para o esporte no Brasil, destacam-se aquelas que possuem incentivo esportivo, uma vez que possibilita as instituições conseguirem recursos para desenvolvimento de projetos na área do esporte e lazer. No Estado de Minas Gerais, foi criada em 2009 uma política pública de incentivo ao esporte, denominada ICMS Esportivo (SILVA *et al.*, 2016). Os municípios participantes do ICMS Esportivo têm possibilidade de receber recursos, a partir da análise do seu desempenho com projetos desenvolvidos. Para participar dessa política de incentivo ao esporte, os municípios precisam ter um Conselho de Esporte cadastrado em uma plataforma do Estado e que se mantenha ativo, sendo que esse conselho tem o caráter consultivo e também deliberativo.

A dinâmica do ICMS Esportivo ocorre ao longo de três anos. No primeiro ano, os projetos executados pelo município são cadastrados; no segundo ano, os projetos cadastrados são analisados e, em seguida, é calculado o desempenho do município; no terceiro ano, após a classificação do desempenho dos municípios, é repassada a parcela do imposto conforme a arrecadação do Estado. No presente estudo, optou-se por analisar o último ciclo de repasse completo do programa, referente aos anos de 2014, 2015 e 2016.

A literatura científica disponível sobre o ICMS Esportivo é escassa. O único estudo encontrado foi o de Silva *et al.* (2013). Neste estudo, os autores investigaram o impacto dessa política na gestão esportiva municipal, através do levantamento de dados fornecidos à Secretaria Estadual de Esportes-MG, dando foco ao Conselho Municipal de Esportes. Verificou-se o aumento no número de municípios participantes, pessoas atendidas por município e atividades esportivas cadastradas nos anos de 2009, 2010 e 2011. Além disso, um dos resultados mais expressivos foi a grande variabilidade das modalidades oferecidas pelos municípios.

## 1.2 LEGISLAÇÃO

O ICMS Esportivo é regido por uma legislação que garante a sua legalidade e o recebimento dos recursos em questão. As leis que regem o ICMS Esportivo são: decreto N° 45.393, de 9 de junho de 2010, que regulamenta o critério “Esportes” (MINAS GERAIS, 2010), estabelecido na Lei N° 18.030 de 12 de janeiro de 2009, que dispõe sobre a distribuição da parcela da receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos municípios (MINAS GERAIS, 2009).

## 1.3 O ICMS ESPORTIVO

Para discorrer sobre o ICMS esportivo como política pública de incentivo ao esporte é necessário entender a forma de arrecadação desse imposto e a dinâmica desse incentivo ao esporte. Para isso, foram utilizadas as informações contidas na Cartilha ICMS 2015, disponibilizada pelo Governo de Minas Gerais e pelo Conselho Regional de Educação Física CREF6/MG no *site* [http://www.cref6.org.br/arquivos/apostila\\_ICMS\\_esportivo.pdf](http://www.cref6.org.br/arquivos/apostila_ICMS_esportivo.pdf).

O ICMS é o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação. E até então é uma das principais contribuições da receita dos estados brasileiros. De acordo com a Constituição do país, 25% da arrecadação do ICMS devem ser distribuídos aos municípios do Estado arrecadador. A forma de arrecadação é através do contribuinte. Segundo o Portal Tributário, contribuinte é qualquer pessoa física ou jurídica, que realize, com habitualidade ou em volume que caracterize intuito comercial, operações de circulação de mercadoria ou preste serviços de transporte entre Estado e municípios e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior (disponível em: <http://www.portaltributario.com.br/tributos/icms.html>).

Desse montante de 25%, determina-se que 25% serão destinados através de critérios definidos por Lei Estadual. Em Minas Gerais, a Lei 18.030/2009 dispõe sobre a distribuição da cota parte do ICMS pertencente aos municípios. O ICMS Esportivo é um dos 18 critérios estabelecidos por essa lei. Em termos de cálculo, a parcela corresponde a 0,1% do total do imposto recolhido, sendo distribuído entre os municípios participantes. É função da Secretaria Estadual de Esportes analisar os dados dos municípios e apurar o Índice de Esportes dos

municípios participantes. O Índice de Esportes do município é o que determina quanto cada município irá receber.

#### **1.4 CÁLCULO DO ICMS ESPORTIVO**

Conforme exposto acima, o valor do recurso do ICMS Esportivo destinado a cada município é calculado pelo índice de Esportes. O cálculo deste índice representa a relação percentual entre a pontuação obtida pelo município e a soma de pontos de todos os municípios participantes. Essa pontuação ocorre através de projetos realizados no município na área de esporte e precisam atingir aos critérios para comprovação da execução. Abaixo segue a fórmula e a descrição de cada elemento do Índice de Esportes do Município:

Índice de Esportes (IE) =  $\Sigma (N \times P \times NM \times NA) / \Sigma MB$ , sendo: N é a nota da atividade esportiva desenvolvida pelo Município. P é o peso da receita corrente líquida per capita, que varia de 1 a 10, fornecida pela Fundação João Pinheiro anualmente; NM é a nota de modalidades esportivas realizadas em cada atividade esportiva; NA é a nota de atletas participantes em cada atividade esportiva. O numerador que compõe a fórmula do IE ( $\Sigma (N \times P \times NM \times NA)$ ) é referente ao somatório da pontuação de todas as atividades esportivas de um município participante. O denominador ( $\Sigma MB$ ) da fórmula refere-se ao somatório das notas de todos os municípios beneficiados.

#### **1.5 SITUAÇÃO PROBLEMA**

Mesmo com a limitação na literatura, é possível realizar uma análise dos resultados apresentados na participação no ICMS esportivo de 2014, bem como a existência de relações com a participação das mesmas cidades em competições promovidas pelo governo de Minas Gerais. Sendo assim, surgiu o seguinte questionamento: partindo da análise estatística do resultado do ICMS esportivo 2014 é possível observar alguma relação com a participação das cidades nas competições promovidas pelo Governo do Estado de Minas Gerais (Jogos Escolares e Jogos de Minas) no ano de 2016?

Os estudos na temática são importantes para o desenvolvimento e organização do esporte e essa importância já é reconhecida por órgãos do governo. Para Pinto (2010), reconhecer que a pesquisa é uma aliada indispensável para uma política social, que é o caso

da maior parte das políticas públicas, está cada vez mais clara para a SNDEL (Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer), o que contribui para uma melhor afirmação como financiadora de pesquisas. O mesmo autor afirma que várias pesquisas vêm ajudando a lidar com desafios, contribuindo para a reflexão sobre a prática nas políticas desenvolvidas em áreas urbanas e no campo, produzidas por pessoas advindas de contextos fortemente marcados pela vulnerabilidade. Neste sentido, o Governo reconhece que a pesquisa em políticas públicas desempenha três papéis principais: avaliação, educação e comunicação. Diante do exposto o objetivo do estudo foi Analisar estatisticamente os principais dados da política pública ICMS esportivo de ano base 2014 correlacionando com a participação do municípios cadastrados em duas competições do Estado os Jogos de Minas e os Jogos Escolares

## **2 METODOLOGIA**

Trata-se de uma pesquisa transversal, descritiva de natureza quantitativa, em que os dados são expressos com medidas numéricas e deixam que os dados e a lógica levem a uma solução real. (MARCONI E LAKATOS, 2011) Quanto aos procedimentos técnicos foi utilizado o levantamento bibliográfico e documental (livros, artigos, documentos oficiais online do Governo de Minas Gerais). Por se tratar de estudo com dados secundários não foi necessária aprovação em Comitê de ética em Pesquisa.

### **2.1 CENÁRIO DO ESTUDO**

A pesquisa foi realizada no estado de Minas Gerais, que segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística possui 853 municípios. Participaram da amostra somente os municípios inscritos no ICMS Esportivo do ano de 2014, totalizando 359 municípios.

## 2.2 PROCEDIMENTOS

Como procedimentos metodológicos realizou-se uma pesquisa nos sites disponíveis do governo, a listagem do ranking dos municípios cadastrados foi adquirida através do Relatório dos Indicadores Definitivos do ICMS disponibilizado pelo Governo de Minas Gerais em <http://www.polisrecreio.com.br/site/wp-content/uploads/2015/12/Relatorio-Definitivo-Pontuacao-2014-20-08.pdf>. Os dados contidos no Relatório de indicadores foram passados para uma planilha de Excel. Foram catalogadas todas as modalidades oferecidas pelos municípios, desconsiderando a finalidade dos projetos em que estavam inseridas, totalizando 129 modalidades diferentes. É importante destacar, como aspecto da análise, que as modalidades são consideradas por oferta. Por exemplo, se o município ofereceu futsal em uma atividade de lazer para crianças, e também para a terceira idade, entendeu-se como uma modalidade oferecida, nesse caso futsal.

Para melhor tratamento dos dados e traçar o perfil dos municípios participantes as modalidades oferecidas foram classificadas em 12 categorias, descritas a seguir no quadro:

**Quadro 1:** Categorização das atividades desenvolvidas pelos municípios.

<b>Categoria</b>	<b>Modalidades</b>	<b>Características</b>
Lutas	Karatê, Judô, Esgrima, Taekwondo, Muay Thai, Kung-fu, Kick Boxing, MMA, Boxe, Tai Chi Chuan, Luta Olímpica, Ninjutsu, wushu, I-chuan, Krav-Magá.	Modalidades consideradas lutas de acordo com o conceito de cada uma delas, o qual existe o combate a um oponente utilizando-se de alguma técnica corporal.
Esportes Aquáticos	Natação de longa distância/águas abertas, Natação e Pólo Aquático	A maratona aquática foi incluída nessa categoria, pois ela tem como ocorrer em locais controlados, esse esportes foram classificados por necessitarem do ambiente aquático necessário para que o esporte aconteça
Esportes coletivos	Futebol de Campo, Handebol, Futsal, Basquetebol, Voleibol, Futebol Society, Futevolei, futebol de rua, Vôlei de Praia, Rugby Union, Futebol de Praia, Futebol Americano.	Não foram incluídos o Polo Aquático e os esportes Paralímpicos com base no seu princípio fundamental de existência respectivamente o ambiente aquático e o público alvo
Modalidades Paralímpicas	Futebol de 5, Esgrima em Cadeira de Rodas, Rugby em cadeira de rodas, GoalBal, Voleibol sentado, futebol de 7, Dança esportiva em cadeira de rodas, Paralímpica: Bocha, Tênis de Mesa, Tênis em cadeira de rodas, Judô,	As modalidades Paralímpicas foram todas incluídas nessa categoria, por atender a um grupo determinado de pessoas, tendo caráter seletivo dos praticantes.

	capoeira, Natação, Basquete, atletismo, peteca, Handebol, Futsal, Caminhada, ciclismo, Ginástica, Voleibol, Hipismo, Halterofilismo, Canoagem, cabo de Guerra, hidroginástica, Dama, Xadrez, triatlo,	
Lazer e saúde	Xadrez, Caminhada, Ginástica Geral, Musculação Fortalecimento Muscular, Capoeira, Peteca, Jogos, Dama, Hidroginástica, Dança, Academia ao ar livre, Malha, Boliche, Sinuca, Bocha e Yoga.	Algumas modalidades tais como malha, bocha e jogos, foram inseridos nessa categoria pela características de lazer agregadas ao título dos seus projetos apresentados pelos municípios
Esporte de Aventura	Motociclismo, Karting, Escalada, Rappel, Rali, Orientação, Skate, Slackline, Corrida de Aventura, Automobilismo, Parapente, Trekking, Motovelocidade, Parkour, Balonismo, Canoagem, Jet ski.	canoagem foi incluído nessa categoria por interagir com ambiente natural e oferecer algum risco ao praticante. O MountainBike não entrou nessa categoria pois foi inserido na categoria de esportes que utilizam a bicicleta como elemento fundamental.
Esportes de raquete	Foram eles o Críquete, Tênis de Mesa, Badminton, Beisebol/ Softbol, Tênis e Golf.	Esportes que se utilizam de implementos para rebater
Biatlo/triatlo	Triatlo e o Biatlo.	Esportes que são a junção de duas ou mais atividades distintas
Ciclismo:	Ciclismo, MountainBike, e ciclismo BMX.	Esportes que demandam a utilização de bicicleta.
Esportes de apresentação	Ginástica acrobática, Ginástica Rítmica, Ginástica de trampolim, Ginástica Artística, Hipismo, Patinação, Futebol Frestyle, Halterofilismo e tiro.	Esportes que a performance de apresentação são computadas e definem o êxito ou não do praticante,
Formação Investimento e Infraestrutura	Abertura de conta para fundo esportivo, Conta para a Bolsa atleta, qualificação de curta duração, Investimento em Infraestrutura, construção e reforma, Sediamento de jogos; Qualifica de pós-graduação mestrado e Doutorado.	Atividades que, apoiam ou dão suporte às atividades na área do esporte.
Atletismo	Corridas de rua as provas de pista e as provas de campo, todas caracterizadas pelo atletismo.	Modalidades do atletismo, esse esporte por se só se tornou uma categoria por possuir muitas práticas corporais diferentes dentro do mesmo esporte.

Para a obtenção da participação dos municípios foram analisados todos os boletins de ambas as competições. Algumas cidades somente participarem nas fases finais então foi

necessário também analisar os boletins de todas as fases, os boletins foram adquiridos no *site* dos Jogos Escolares <http://jogos Escolares.esportes.mg.gov.br/> e no *site* dos Jogos de Minas <http://jogosdeminas.esportes.mg.gov.br/>, foram retirados dos boletins a informação de participação ou não e quais as modalidades que participaram e o quantitativo da participação com modalidades masculinas e femininas.

### **2.3 ANÁLISE ESTATÍSTICA**

Os dados foram apresentados como média e desvio-padrão, valores mínimos e máximos e frequência absoluta e relativa. Para testar diferenças entre participantes e não participantes dos Jogos de Minas e Jogos Escolares, em relação às variáveis quantitativas, utilizou-se o teste t de Student para amostras independentes. Utilizou-se o teste do Qui-Quadrado ( $X^2$ ) para testar a associação entre a participação nos Jogos Escolares e nos Jogos de Minas, sendo calculada a razão de chances (OR) com intervalo de confiança de 95% (IC 95%). Todas as análises foram feitas no IBM SPSS V24 (IBM Corp., Armonk, NY). O valor de  $p \leq 0,05$  foi adotado para significância estatística.

### **3. RESULTADOS**

De acordo com a tabela 1, observou-se que 13,1% dos municípios participaram dos Jogos de Minas de 2016 e que 91,4% participaram dos jogos escolares, independente de chegar à fase final ou não. A variação dos dados é explicitada através dos valores mínimo e máximo, observando a variável número de pessoas atendidas é possível interpretar que duas pessoas foram atendidas em um município enquanto outro atendeu 84131 pessoas no ano de 2014, sugerindo elevada variabilidade do número de pessoas atendidas pelo projeto.

**Tabela 1** - Características dos Municípios Participantes do ICMS Esportivo Ano Base 2014 participantes e não participantes dos Jogos de Minas e Jogos Escolares 2016 (n = 359).

<b>Característica</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
Participação nos Jogos de Minas		
Não	312	86,9
Sim	47	13,1
Participação nos Jogos Escolares		
Não	31	8,6
Sim	328	91,4
	<b>Média ± DP</b>	<b>Mínimo-Máximo</b>
Nota Final	476,33 ± 637,38	2 - 3499
Percentual	0,27 ± 0,37	0,001 - 2,04
Nº Pessoas atendidas	2026,30 ± 5635,43	2 - 84131
Soma Jogos de Minas Feminino	0,19 ± 0,7	0 - 4
Soma Jogos de Minas Masculino	0,27 ± 0,84	0 - 4
Soma Jogos de Minas Modalidades	0,47 ± 1,49	0 - 8
Soma Jogos Escolares Feminino	1,88 ± 2,22	0 - 12
Soma Jogos Escolares Masculino	2,62 ± 2,5	0 - 12
Somas Jogos Escolares Modalidades	4,50 ± 4,56	0 - 23

Dentre das possíveis relações que foram feitas, se destacaram a Participação nos Jogos de Minas e a Participação nos Jogos Escolares. Na tabela 2 é feita a análise da participação dos municípios nos Jogos de Minas e não participação e a correlação com a participação nos Jogos Escolares, a variável Ranking se difere das demais, pois quanto menor a posição no ranking melhor foi o desempenho do município. Em todas as Variáveis o participantes foram significativamente melhor do que os não participantes nos Jogos de Minas, o que indica que participar dessa competição implica em melhor avaliação no IMCS Esportivo. O tamanho do efeito da relação entre as duas competições foi de médio para grande.

**Tabela 2:** Média  $\pm$  desvio-padrão Participação nos Jogos de Minas

Variáveis	Participantes (n=47)	Não Participantes (n=312)	p-valor	<i>d</i>
Ranking	104,85 $\pm$ 94,49	191,32 $\pm$ 100,47	<0,0001*	0,89
Nota final	1053,02 $\pm$ 914,48	389,46 $\pm$ 534,90	<0,0001*	0,92
Percentual	0,61 $\pm$ 0,53	0,22 $\pm$ 0,31	<0,0001*	0,92
Nº de pessoas atendidas	5661,36 $\pm$ 7522,32	1478,71 $\pm$ 5088,25	<0,0001*	0,66
Soma Escolares Feminino	4,40 $\pm$ 3,18	1,50 $\pm$ 1,75	<0,0001*	1,17
Soma Escolares Masculino	5,32 $\pm$ 3,09	2,21 $\pm$ 2,12	<0,0001*	1,19
Soma Escolares Modalidades	9,66 $\pm$ 6,04	3,71 $\pm$ 3,73	<0,0001*	1,21
Nº de Modalidades	18,13 $\pm$ 11,15	8,62 $\pm$ 7,75	<0,0001*	1,00

\*Estatisticamente significativo para  $p \leq 0,05$

Na tabela 3 é feita a análise da participação dos municípios nos Jogos Escolares e não participação e a correlação com a participação nos Jogos de Minas, em todas as variáveis o participantes foram significativamente melhores do que os não participantes, o que indica que participar dessa competição melhora a avaliação no ICMS Esportivo. Com a situação invertida o tamanho do efeito da relação entre as duas competições foi considerado somente médio em todas as variáveis.

**Tabela 3:** Média  $\pm$  desvio-padrão Participação Jogos Escolares

Variáveis	Participantes (n=328)	Não Participantes (n=31)	p-valor	<i>d</i>
Ranking	176,59 $\pm$ 104,00	216,06 $\pm$ 95,66	0,004*	0,39
Nota final	496,29 $\pm$ 653,22	265,19 $\pm$ 382,78	0,005*	0,44
Percentual	0,29 $\pm$ 0,38	0,15 $\pm$ 0,22	0,005*	0,44
Nº de pessoas atendidas	2129,70 $\pm$ 5860,40	932,32 $\pm$ 1809,22	0,26	0,31
Soma Jogos de Minas Feminino	0,21 $\pm$ 0,73	0,03 $\pm$ 0,18	0,001*	0,39
Soma Jogos de Minas Masculino	0,29 $\pm$ 0,87	0,06 $\pm$ 0,36	0,007*	0,37
Soma Jogos de Minas Modalidades	0,50 $\pm$ 1,54	0,10 $\pm$ 0,54	0,002*	0,38
Nº de Modalidades	10,14 $\pm$ 8,99	6,97 $\pm$ 6,72	0,02*	0,40

\* Estatisticamente significativo para  $p \leq 0,05$ .

Os dados dos Jogos escolares representados na tabela 4 mostraram que a grande maioria dos municípios que participaram dos Jogos de Minas também participou dos Jogos Escolares. O p valor de 0,09 indica que não houve relação estatística significativa, A razão de chance se destaca por indicar que os municípios que participam dos Jogos escolares possuem 4,89 vezes de chance de participar dos Jogos de Minas.

**Tabela 4:** Relação entre a participação nos Jogos Escolares e Jogos de Minas (n = 359)

	Jogos de Minas		$X^2$	p-valor	OR (IC95%)
	Não	Sim			
<b>Jogos Escolares</b>					
<b>Não</b>	30 (96,8%)	1 (3,2%)			4,89 (0,7– 36,8)
<b>Sim</b>	282 (86,0%)	46 (14,0%)	2,9	0,09	
<b>Total</b>	312	47			

OR: Razão de chances – medida do tamanho do efeito; IC95%: intervalo de confiança de 95%; \*Relação estatisticamente não significativa  $p \leq 0,05$ .

Quanto ao perfil dos municípios relativo às modalidades oferecidas observou-se que os esportes coletivos ainda são predominantes seguido do Lazer e saúde, o que se pode destacar no gráfico é a grande presença de atividades de formação, investimento e infraestrutura para o esporte o que demonstrou um investimento na manutenção das ações dos projetos.

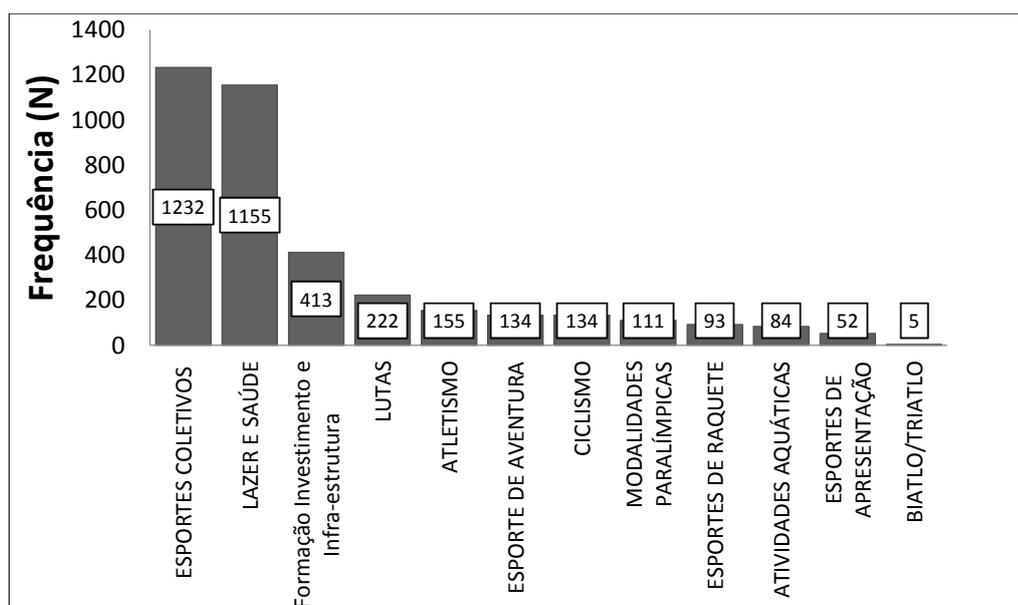


Figura 1 Frequência das categorias de atividades esportivas oferecidas pelos municípios

#### 4. DISCUSSÃO

A pesquisa teve como o objetivo de por meio da estatística, analisar os principais aspectos da política pública ICMS esportivo ano base de 2014 com a participação dos municípios nas principais competições do estado de Minas Gerais em 2016 e encontrar as relações existentes, tais como se os municípios que mais receberam o incentivo são os que mais participaram das competições em questão, e se quem mais ofereceu atividades também foram os que mais participaram dos jogos.

O ICMS Esportivo tem um ciclo de três anos, no primeiro ano (2014) os municípios realizaram projetos que foram registrados na plataforma da secretaria Estadual de Esportes, no ano seguinte (2015) saiu o resultado da pontuação de cada município participantes, e no ano de 2016 cada município recebeu a porcentagem referente ao cálculo do ICMS recolhido no estado em cada mês, os valores são diferentes a cada mês, pois é referente à arrecadação do Estado. Os municípios participantes no ano de 2014 ao receber o incentivo possuíram pelo menos um fomento externo no ano de 2016. Para melhor entendimento analisamos a cidade de Caratinga que foi a primeira colocada no Ranking 2014, em consulta ao site da Fundação João Pinheiro na guia Lei Robin Hood é possível consultar os extratos de cada cidade, nos meses de Janeiro, Fevereiro e Março recebeu respectivamente R\$13.906,19; R\$12.524,12 e 13.918,46 e obteve a média de R\$ 14.245,45 por mês, no total o município recebeu R\$170.945,38 no ano de 2016, referente ao ICMS esportivo.

Mesmo recebendo fomento externo entende-se que para participar das competições em questão os municípios tiveram despesas diversas com as equipes desde transporte à compra de material esportivo, para o baixo percentual de participação nos Jogos de Minas podemos levantar algumas hipóteses, tais como a crise financeira e política; ano eleitoral municipal em que se fecham algumas secretarias e dentre elas poderia estar às secretarias de esportes de alguns municípios; problemas financeiros relacionados às federações e a filiação de atletas e encerramento de projetos são algumas dessas hipóteses. O que se esperava era um maior percentual de participação dos municípios nos Jogos de Minas Gerias, pois sendo um dos pontos importantes para a pontuação nessa política pública é de suma importância que a maior parte dos municípios participasse dessa competição em pelo menos uma das modalidades tal qual ocorreu com os jogos escolares.

Durante a pesquisa procurou-se correlacionar essa política pública do ICMS Esportivo somente com a participação nas duas principais competições promovidas pelo Estado sendo

uma esporte rendimento e a outra esporte educacional, é possível que aspectos não sejam considerados tais como o investimento no esporte participação ou nas atividades de prevenção da saúde como as ginásticas, pois os recursos oriundos do ICMS Esportivo não são garantidos que sejam revertidos para o esporte de rendimento. Segundo Peixoto (2001) que escreveu sobre investimento no esporte de rendimento em Portugal, não é o esporte de rendimento responsável pela maior parcela da movimentação financeira no esporte em um país e sim o esporte participação e educacional o que corrobora com resultado encontrado de grande participação dos municípios nos jogos escolares e a baixa participação nos Jogos de Minas.

Quando se traz para o cenário nacional Athayde (2014) em seu estudo no ano de 2014 procurou saber quais as principais ações realizadas com os gastos públicos e dentre das suas considerações destaca-se historicamente o esporte tinha a sua importância por existir um movimento político por trás, na atualidade são outros motivos que foram agregados para aumentar essa importância tais como o seu potencial econômico e a capacidade de aceleração do giro do capital, o que se observou foi à valorização dos eventos esportivos sendo revestidos uma parcela considerável para essas ações de megaeventos, para o autor esse cenário demonstra um desrespeito aos preceitos constitucionais, uma vez que é ignorada a exigência legal de financiamento prioritário ao esporte educacional (ATHAYDE, 2014, p.649). Assim o esporte educacional e participação não conseguem espaço nas agendas públicas, o autor sugere que, para reverter esse quadro seria necessário melhorar a distribuição dos recursos públicos para o esporte.

Nos resultados se destacam a relação que inicialmente não era esperada na pesquisa, pois o objetivo não seria correlacionar às duas competições e sim correlacionar as competições com o ICMS Esportivo, porém fazendo os cruzamentos dos dados foi observado (Tabela 4) que quando se participa dos jogos escolares as chances de participar dos Jogos de Minas aumentam consideravelmente, o que levou a reflexão de que o esporte da escola tem uma ligação importante para o esporte de rendimento.

Os Jogos Escolares de Minas Gerais estão contidos no Programa Estruturador do Governo do Estado. Essa competição é considerada esportiva-educacional, podendo participar as escolas públicas e particulares, dos 853 municípios. A competição é dividida em quatro etapas, duas faixas etárias o módulo I, com alunos de 12 a 14 anos e o módulo II, de 15 a 17 anos. Tubino (2010) considera que dentro do Esporte Educação existem o Esporte Educacional e o Esporte Escolar, neste que se caracterizam os Jogos escolares, é praticado por

jovens de aptidão esportiva no ambiente escolar visando o desenvolvimento esportivo, sem perder o foco na formação integral do estudante. O autor ressalta que os princípios do Esporte Escolar são: princípio do Desenvolvimento Esportivo e princípio do Espírito Esportivo (TUBINO, 2010, p. 141) princípios esses que também são encontrados no esporte de rendimento, e para ele é no Esporte Escolar que devem ocorrer, principalmente, as competições interescolas, essa ligação de princípios e desenvolvimento esportivo colabora e influencia para a prática na vida adulta podendo ser o início da vida esportiva para muitos atletas. Quanto ao Esporte Educacional para o autor também podem ocorrer competições, mas elas têm outros objetivos e geralmente acontecem.

De acordo com os dados apresentados para a frequência de modalidades, foi grande a variabilidade apresentada pelos municípios, isso indica que as opções dentro dos projetos buscam ofertar diferentes práticas corporais, Silva *et al.* (2013) comparando os mesmos municípios nos anos de 2009, 2010 e 2011 encontrou uma grande variabilidade sem aumento durante os anos e levantou a hipótese de que os investimentos dos municípios tenham sido para a ampliação do atendimento pois se constatou o aumento do número de pessoas atendidas o que a presente pesquisa também constatou que os melhores ranqueados também atendem o maior número de pessoas. Comparando o estudo supracitado e o presente estudo o número de municípios participantes aumentou, novos para critérios de participação foram inseridos conseqüentemente o número de pessoas atendidas também aumentou.

No gráfico os esportes coletivos foram o que apresentaram maior frequência entre os projetos dos municípios dando destaque ao futsal e ao futebol que respectivamente apresentaram em 94,7% e 71,3 % dentro do grupo pesquisado. Corroborando com o resultado encontrado o caderno de diagnóstico nacional de esporte Diesportes 2016 a pesquisa mostrou que para a maioria dos brasileiros que representou 53% dos entrevistados, o Futebol é representado com primeira imagem de esporte. Os outros esportes em destaque no país que foram citados obtiveram um percentual de 14%, o Voleibol ficou com 5,8%. Para as mulheres o futebol também é visto como esporte é dominante totalizando 36,5%, no entanto as mulheres possuem maior diversidade no imaginário esportivo que os homens (BRASIL, 2016, p. 21).

Quanto às modalidades foram feitas adaptações em decorrência das limitações do estudo. A cartilha utilizada e referente ao ano base pesquisado, explica sobre 13 categorias nas quais os projetos devem se encaixar, porém ao analisar os projetos de cada município o

documento disponibilizado como resultado final não possuía nenhuma identificação para qual categoria os programas/projetos se encontravam, e como foram verificadas as modalidades presentes nos cadastros dos municípios à finalidade do projeto a qual ela se encontrava inserida foi desconsiderada e assim foi criada categorias de características em comum das modalidades encontradas.

Com a pesquisa é possível entender o quanto uma política pública é impulsionadora do esporte em um município, e quais caminhos os municípios devem buscar para que consigam melhorar o fomento externo através do ICMS Esportivo, e com esse exemplo buscar em outros fomentos formas de conseguir recursos financeiros para os projetos dos municípios. Silva *et al.* (2013) considerou em seu estudo corrobora para a aplicação prática dos resultados, pois se entende que na pesquisa tornar-se visível que a forma de organização do ICMS Esportivo direciona os municípios para uma melhor organização documental e planejamento de programas/projetos.

Ao receber o recurso financeiro advindo da participação nessa política pública, não seria possível comprovar que o recurso foi utilizado para fins esportivos, ocorreu uma mudança para o ano de 2017 nas regras do ICMS Esportivo através da Resolução SEESP nº02/2016, como a movimentação do fundo municipal de incentivo ao esporte é necessário comprovar a movimentação financeira para o apoio a no mínimo dois programas/projetos no ano base, essa mudança começa a canalizar os recursos para o esporte o que não ocorreu no ano de 2014.

Sugere-se que o foco das intervenções no esporte seja no sentido de aproveitar de maneira mais eficiente os recursos financeiros, humanos e de infraestrutura disponíveis. Por exemplo, em municípios com muitas estruturas esportivas, o foco deve ser a promoção da utilização dos equipamentos esportivos, não a construção de novos. A literatura ainda se encontra limitada no tema política pública para o esporte, com essa limitação foi necessário buscar em outras áreas tais como a economia e a política e encontrar compreensão para as complexidades dessa política pública e as respostas para alguns resultados.

Sob o ponto de vista esportivo as reflexões sobre o esporte escolar devem ser consideradas por apresentar uma forte relação com uma competição de alto rendimento, essa relação deve ser valorizada de alguma forma dentro dessa política pública. Os municípios precisam se atentar para pleitearem esse recurso advindo da participação no ICMS Esportivo, para isso precisam manter seus conselhos ativos e cadastrarem seus projetos que já se

encontram em andamento, as secretarias precisam se mobilizar para que seus conselhos sejam motivados a participar e deliberar sobre as atividades esportivas que acontecem na cidade.

## 5. CONCLUSÃO

Participaram do ICMS Esportivo 42% dos municípios mineiros no ano de 2014, isso indica que essa política pública precisa ser melhor difundida no estado. Após análise estatística percebeu-se que a para os Jogos de Minas a participação obteve um baixo percentual, e para os Jogos Escolares a participação foi alta e esperada, os cruzamentos dos dados mostraram que na política pública do ICMS Esportivo as cidades melhores ranqueadas possuem o maior número de atendimentos. A participação no ICMS Esportivo não foi garantia de fomento externo voltado para o Esporte. As cidades que participaram das competições apresentaram resultados melhores do que as outras cidades é um indício de que as competições não são meras participações e sim resultado de trabalho desenvolvidos em outras projetos dos municípios. As atividade mais oferecidas foram os esportes coletivos e as atividades voltadas para o lazer e a saúde acompanhando o cenário nacional quanto à preferência esportiva A política pública do ICMS Esportivo tem uma política de incentivo ao esporte, porém ainda não possui mecanismos de incentivo para que dê continuidade aos projetos apresentados, o encerramento de projetos e a inatividades dos conselhos durante os anos do ciclo são fatores que interferem e podem descaracterizar os objetivos dessa política.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, Silvia Cristina Franco; PEREIRA; Ana Paula Cunha. Reflexões sobre a produção em políticas públicas de Educação Física, Esporte e Lazer; **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 31, n. 1, p. 41-56, set. 2009.

ATHAYDE, Pedro Fernando Avalone. A disputa pelo fundo público no âmbito do financiamento esportivo brasileiro. **Revista Brasileira de Ciência do Esporte**, Florianópolis, v. 36, n. 2, supl., p. S636-S651, abr./jun. 2014.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Ministério do Esporte. O Perfil do Sujeito Praticante ou não de Esportes e atividades Físicas da População Brasileira. **Diesporte**, 2 edição, 2016. Disponível em: [http://www.esporte.gov.br/diesporte/diesporte\\_revista\\_2016.pdf](http://www.esporte.gov.br/diesporte/diesporte_revista_2016.pdf). Acesso em: 16 jan. 2017.

DERANI, Cristiane. Política pública e a norma política. **Revista da Faculdade de Direito UFPR**, v. 41, n. 0, p. 20-28, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estados@**: Minas Gerais, Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=mg>. Acesso em: 03 Jan, 2017.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MENICUCCI, Telma. Políticas Públicas de lazer. Questões analíticas e desafios políticos. In: ISAYAMA, H. F., LINHALES, M. A. **Sobre Lazer e Política**: maneiras de ver, maneiras de fazer. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p.136-164.

MINAS GERAIS. **Legislação tributária**: LEI Nº 18.030, de 12 de janeiro de 2009. Dispõe sobre a distribuição da parcela da receita do produto da Arrecadação do ICMS pertencente aos municípios 2009. Disponível em: [http://www.fazenda.mg.gov.br/empresas/legislacao\\_tributaria/leis/2009/118030\\_2009.htm](http://www.fazenda.mg.gov.br/empresas/legislacao_tributaria/leis/2009/118030_2009.htm). Acesso em: 19 mar. 2016

MINAS GERAIS. **Legislação Tributária**: DECRETO Nº 45.393, DE 9 DE JUNHO DE 2010. Regulamenta o critério esportes, 2010. Disponível em: [http://www.fazenda.mg.gov.br/empresas/legislacao\\_tributaria/decretos/2010/d45393\\_2010.htm](http://www.fazenda.mg.gov.br/empresas/legislacao_tributaria/decretos/2010/d45393_2010.htm). Acesso em: 19 mar. 2016

MINAS GERAIS; **Relatório dos Indicadores Definitivos do ICMS Solidário**. Disponível em: <http://www.polisrecreio.com.br/site/wp-content/uploads/2015/12/Relatorio-Definitivo-Pontuacao-2014-20-08.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2016.

MINAS GERAIS. **Cartilha ICMS Esportivo 2015**, Disponível em: [http://www.cref6.org.br/arquivos/apostila\\_ICMS\\_esportivo.pdf](http://www.cref6.org.br/arquivos/apostila_ICMS_esportivo.pdf). Acesso em: 14 mar. 2016

MINAS GERAIS. **Índice mineiro de desenvolvimento Esportivo. 3 edição**. Belo Horizonte. 2014. Disponível em: [http://observatoriodoesporte.mg.gov.br/wp-content/uploads/2014/11/IMDE\\_v03\\_13.pdf](http://observatoriodoesporte.mg.gov.br/wp-content/uploads/2014/11/IMDE_v03_13.pdf). Acesso em 15 jan. 2017.

MINAS GERAIS. **Fundação João Pinheiro**: Lei Robin Hood. Disponível em <http://www.fjp.mg.gov.br/robin-hood/index.php/extrato>. Acesso em 16 fev. 2017.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Esportes. **Resolução SEESP Nº 02/2016**. Disponível em: [http://observatorio.esportes.mg.gov.br/wp-content/uploads/2016/01/Resolu%C3%A7%C3%A3o-ICMS-Esportivo-SEESP-002\\_2016.pdf](http://observatorio.esportes.mg.gov.br/wp-content/uploads/2016/01/Resolu%C3%A7%C3%A3o-ICMS-Esportivo-SEESP-002_2016.pdf). Acesso em: 24 de fev 2017.

OLIVEIRA, Hosana Larissa Guimarães; LEIRO, Augusto Cesar Rios. Políticas públicas de esporte no MERCOSUL: governo eletrônico e cidadania; **Movimento**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, 539-554, abr./jun. de 2016.

PEIXOTO, José Manuel. Um estado fora de jogo. **Revista Economia Pura**, Fevereiro de 2001. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/2749/1/6%20Rev%20Econ%20Pura%20ESTADO%20FORA-DE-JOGO.pdf>. Acesso em: 18 de fev. de 2017.

PINTO, Leila Mirtes Santos Magalhães; **A Pesquisa em Esporte e Lazer e as Fontes de Financiamento**: experiência da secretaria nacional de desenvolvimento de esporte e lazer do ministério do esporte. *In*: LIBERATO, A; SOARES, A.; Políticas Públicas de Esporte e Lazer: Novos Olhares. p. 156-168. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas. 2010

PORTAL TRIBUTÁRIO ICMS, **Imposto sobre circulação de mercadorias e prestação de serviços**. Disponível em: <http://www.portaltributario.com.br/tributos/icms.html>. Acesso em: 18 ago. 2016.

RAMOS, Lupércio. **Políticas públicas estaduais em esporte e lazer**. *In*: LIBERATO, A; SOARES, A.; Políticas Públicas de Esporte e Lazer: Novos Olhares p. 185-197. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas. 2010.

SILVA, Aline Galantinni; MIRANDA, Antônio Eduardo Viana. ROCHA, Elisa Maria Pinto da.; PEREIRA, Lucas Moura. O impacto da política do ICMS Esportivo sobre a gestão esportiva municipal de Minas Gerais. **Cadernos da Escola do Legislativo**, v.15, n. 24, p. 13-41, jul/dez 2013.

STAREPRAVO, Fernando Augusto; SOUZA, Juliano; JUNIOR, Wanderley Marchi. Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Brasil: Uma Proposta Teórico-Metodológica de Análise. **Movimento**, Porto Alegre, v. 17, n. 03, p. 233-251, jul/set de 2011.

TUBINO, Manoel; **Pesquisa e análise crítica sobre a relação do nexos esporte-educação com os jogos escolares**. *In*: Estudos Brasileiros sobre o esporte: ênfase no Esporte-Educação. Eduem: Maringá-PR, 2010.